Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1961.

No auditório do Ministério da Fazenda, ao paraninfar os economistas que concluíram o Curso de Capacitação em Problemas de Desenvolvimento, promovido pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em cooperação com o Govêrno Brasileiro.

Quero, antes de tudo, agradecer a honra que me deram os jovens economistas, que hoje concluem o Curso de Capacitação em Problemas de Desenvolvimento, convidando-me para os paraninfar nesta solenidade. O curso que vêm de terminar, mantido pelo Centro de Desenvolvimento Econômico da CEPAL, em colaboração com o B.N.D.E. e sob o alto patrocínio da Organização das Nações Unidas, lança-os na vida brasileira como verdadeiros engenheiros sociais do nosso progresso e da nossa grandeza. Por isso, já se disse que não há problemas insolúveis, mas problemas mal formulados.

Os economistas que recebem hoje, aqui, a distinção conquistada pelos seus esforços e por sua capacidade vêm, dêste modo, aumentar o quadro de profissionais competentes de que tanto necessitamos. Êles pertencem a uma das mais recentes categorias de estudiosos das nossas questões de organização, e das mais credenciadas à nossa admiração. Estou certo de que saberão servir ao nosso país, com a dedicação e o patriotismo que são de esperar de brasileiros confiantes na missão que o Brasil está chamado a exercer na América e no mundo.

Desde 1956 que a CEPAL vem contribuindo, com excepcional êxito, na formação de quadros técnicos destinados a instituições que têm a tarefa de promover o desenvolvimento brasileiro, tais como o B.N.D.E., o B.N.D., a SUDENE, comissões estaduais de planejamento e outras organizações nacionais.

Na América Latina, a programação para o desenvolvimento assumiu forma sistemática graças, principalmente, aos estudos da CEPAL, e sua contribuição ao progresso desta parte do mundo tem sido realmente notável.

Como unidade geográfica, a América Latina pode ser considerada uma região tìpicamente subdesenvolvida no plano mundial, sem que se deixe de reconhecer, em seu seio, a presença de distintos estágios de civilização.

Podem ser resumidos em quatro os elementos estruturais típicos do subdesenvolvimento latino-americano, presentes em todos os países, embora em graus diversos: infra-estrutura agrária de base latifundiária; dependência econômica e financeira de potências altamente industrializadas; atraso e inadequação das instituições; insuficiência dos padrões de vida.

Como muito bem advertem os estudos da CEPAL, a modificação das estruturas agrárias em quase todos os países da região latino-americana, através de uma redistribuição de terras, é condição indispensável para alcançar melhor utilização dos recursos, a tecnificação dos trabalhos do campo e a elevação dos níveis de produtividade.

No Brasil, como em quase todos os países latino-americanos, coexistem uma economia de subsistência, não evolutiva, resistente ao impacto das fôrças produtivas em crescimento, e uma economia monetária, correspondendo a novos tipos de organização, e cuja expansão é de certo modo embaraçada por uma infra-estrutura agrária anacrônica. Os dois setores não se ligam, não fazem sistema, originando o fenômeno que os economistas denominam "economia dualista" ou "economia desarticulada".

Quanto à posição da economia dos países latino-americanos no relacionamento internacional, torna-se necessária uma vigilância para que os seus efeitos negativos não se façam sentir de modo grave, seja nos balanços de pagamento, pela drenagem desenfreada

de lucros e dividendos, seja pelo encaminhamento preferencial de capitais para a extração de matérias-primas e a exportação de produtos agrícolas. É indispensável que os planos de expansão das grandes iniciativas privadas se ajustem às prioridades essenciais do desenvolvimento, objetivamente identificadas. Não se deve perder de vista, em qualquer esfôrço organizador das sociedades latino-americanas, que dois terços da sua população se encontram "mal alimentados, mal abrigados, mal vestidos", conforme lembrou, em frase que ficou famosa, o inesquecível Franklin Roosevelt.

A existência de fatôres estruturais tão adversos não impediu, paradoxalmente, como salienta um brilhante economista da CEPAL, Jorge Ahumada, que a região latino-americana, no pós-guerra, se desenvolvesse com mais rapidez do que a maioria das suas congêneres do mundo ocidental. A produção de bens e serviços, no conjunto latino-americano, cresceu 60% em sòmente 14 anos. A indústria, no mesmo período, acusou uma expansão de 90%. Países altamente afetados pela inflação, como o Brasil, cresceram velozmente; outros, de bastante estabilidade, o fizeram com lentidão; e outros, ainda, estagnaram-se com a inflação.

Economistas mostram-se alarmados com o fato de que a dinâmica política da América Latina parece arrastá-la em direção oposta à dinâmica econômica. Ao passo que a participação das mesmas no poder político é crescente, essa participação no poder econômico está muito longe de acompanhar aquêle ritmo. Realmente, o desenvolvimento econômico não conduz, nos países desta parte do mundo, a maior integração social, à necessária redistribuição da renda em favor dos setores mais pobres da população. Considera-se esta uma contradição básica dos países latino-americanos, a qual pode produzir tensões sociais e políticas de graves conseqüências.

Do mundo ocidental, o Brasil é o país em que talvez mais expressivamente se manifestam os fenômenos dinâmicos das economias em plena expansão. Na verdade, postos na balança os fatôres favoráveis e os desfavoráveis, podemos concluir que o desenvolvimento brasileiro, nas últimas três décadas, apresenta um panorama em que o aproveitamento do saldo de elementos positivos pode justificar esperanças e otimismo que o nosso esfôrço

sério poderá transformar em boas perspectivas para o nosso futuro. A economia brasileira foi suficientemente dinâmica para superar e resolver parcialmente problemas de importância para a vida do País. A renda nacional elevou-se a uma taxa razoável, a estrutura de produção diversificou-se mediante a adição de setores industriais de elevado nível tecnológico, parcelas ponderáveis da população encontraram emprêgo mais compensador, as cidades se desenvolveram e um amplo processo de integração nacional foi iniciado pela instalação e ampliação de um sistema de transportes que vai transformando o arquipélago econômico em uma unidade harmônica.

O povo brasileiro, em conseqüência, despertou para o desenvolvimento. E é preciso mantê-lo cada vez mais desperto e atento, para que se integre no seu espírito a indispensável consciência dos seus direitos e deveres, única fonte autorizada e estável de equilíbrio social numa verdadeira democracia. Esta tomada de consciência da própria fôrça torna imperativa a formulação e a execução de uma política de desenvolvimento nacional, com a finalidade de elevar a renda por habitante no Brasil até um nível que represente, pelo menos, o dôbro da nossa atual posição.

Devemos reconhecer que a nossa estrutura social apresenta sérios desequilíbrios, que cumpre corrigir por uma melhor orientação no processo do desenvolvimento brasileiro. Torna-se indispensável uma reforma agrária, que assegure substancial elevação e melhor distribuição de rendas na agricultura, de modo a fornecer ao desenvolvimento industrial do País mercado de maior dimensão. Uma evolução lenta no setor agrícola, com a manutenção de estruturas arcaicas de produção, poderá, se não superada convenientemente, reduzir em limites fatais para as próprias instituições o sôpro renovador que tem animado o País. Necessitamos conquistar novas etapas de progresso.

Outra distorção que está a reclamar medidas corajosas para corrigi-la é a resultante do não-crescimento equilibrado das diversas regiões do Brasil. Ao lado do vertiginoso progresso da região Centro-Sul, que já atinge níveis comparáveis aos dos países desenvolvidos, subsiste um Nordeste com renda de baixíssimo nível e um Extremo Sul com alarmantes tendências à paralisação. Êsse

descompasso na evolução das diversas regiões é problema que aflige todo o corpo social do Brasil. Temos o compromisso, mínimo e inadiável, de imprimir dinamismo àquelas regiões onde lutam tantos irmãos sob condições adversas, embora de amplas perspectivas futuras.

Mas devemos ter sempre presente que o desenvolvimento só cumpre os seus propósitos quando uma justa distribuição da renda e da riqueza nacional é alcançada. A falta de planificação com um sentido de justiça social, no processo de desenvolvimento brasileiro, seria condenar o País a antagonismos sociais que negariam os valôres humanos que temos o dever de preservar.

Essa situação coloca o Govêrno perante uma gigantesca tarefa histórica. A rigor, ela se desdobra em dois momentos que podem ser sintetizados no estabelecimento das condições para execução da política do desenvolvimento e a sua aplicação efetiva.

Inicialmente, cumpre preencher o vazio instrumental, reformulando e criando ferramentas capazes de solucionar aquêles problemas e executar uma política com aquelas diretrizes.

Nosso país se encontra parcialmente desaparelhado, com um processo de elaboração orçamentária incoerente, máquina administrativa desorganizada e obsoleta, deficiências sérias de informação estatística, estruturas tributárias inadequadas, sistema financeiro mal estruturado, ausência de certos podêres e prerrogativas indispensáveis a um Estado moderno, sistema empírico de programação do investimento público, sem processos definidos de avaliações prioritárias, desprovido enfim dos recursos indispensáveis à execução de uma política de desenvolvimento.

Uma atitude de independência intelectual é necessária para superar tais obstáculos. Na verdade, um povo se torna adulto quando passa a pensar em têrmos próprios, condicionando a elaboração do seu pensamento às imposições do próprio destino que lhe cumpre forjar, sem xenofobia, na convivência com o universal, mas, igualmente, sem a pusilanimidade dos exageros do mimetismo ou da subserviência para com o alienígena. Por isso mesmo, o Brasil deve empenhar-se na formação de equipes brasileiras, com pensamento brasileiro, que se lancem à tarefa de arrancar o nosso

país do estádio do subdesenvolvimento. De nada nos adiantaria dispor de bom esquema operacional se não contarmos com homens capazes de executá-lo.

Vamos mobilizar o povo para o desenvolvimento, de modo que êle tenha plena consciência da sua missão e sinta que os frutos do progresso lhe pertencem. Vamos construir um Brasil que, mantendo as características da sua personalidade como cultura, seja nôvo, justo e próspero. Vamos utilizar os valôres do sufrágio universal, não como um processo pseudodemocrático que propicie representações artificiais, mas como um instrumento de compromisso para com as verdadeiras causas populares, de modo a permitir ao próprio povo não apenas a sensação mas a profunda convicção de que, com representantes autênticos dos seus anseios, êle é que, realmente, governa.

Apesar das afirmações dos derrotistas, o Brasil está vencendo as etapas do seu progresso. Se temos deficiências e dificuldades, algumas dessas realmente grandes, são tôdas elas temporárias e serão vencidas pelo nosso esfôrço. O permanente no Brasil é a vontade de progresso do nosso povo. O permanente é a imensidão dos recursos nacionais. O permanente é a invencível capacidade de luta do homem brasileiro. O permanente é a visão grandiosa dos altos destinos da Pátria brasileira.